

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 161.636 - MG (2018/0272783-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**SUSCITANTE** : **COMPANHIA ENERGETICA VALE DO SAO SIMAO - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **RICARDO CÉSAR DOSSO - SP184476**  
                  **OTÁVIO MIGUEL CARVALHO - SP384603**  
                  **ISIS MAGRI TEIXEIRA - SP374115**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE SANTA VITÓRIA - MG**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE QUIRINÓPOLIS - GO**  
**INTERES.** : **DIEGO DA SILVA COSTA**  
**ADVOGADO** : **LEO RESENDE DE OLIVEIRA - GO037574**

**EMENTA**

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO TRABALHISTA QUE DETERMINOU A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO PARA HABILITAÇÃO DO CRÉDITO DO RECLAMANTE NO PLANO DE RECUPERAÇÃO. PERDA DE OBJETO. CONFLITO PREJUDICADO.

**DECISÃO**

Companhia Energética Vale do São Simão - Em Recuperação Judicial suscita o presente conflito positivo de competência apontando como suscitados o Juízo de Direito da Vara Única de Santa Vitória/MG e o Juízo da Vara do Trabalho de Quirinópolis/GO.

Alega a suscitante que ingressou com pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido pelo Juízo de Direito da Vara Única de Santa Vitória/MG, sendo que o Juízo da Vara do Trabalho de Quirinópolis/GO, no qual tramita a Reclamação Trabalhista nº 0010475-63.2018.5.18.0129, ajuizada por Diego da Silva Costa, determinou, em momento posterior ao deferimento da recuperação judicial, a realização de bloqueio "on-line" em suas contas bancárias, por meio do BACEN-JUD.

Afirma que o Juízo Laboral, ao exarar ordens de natureza executiva, ingressa em competência exclusiva do Juízo da Recuperação Judicial, que é competente para resolução de todas as questões relativas aos créditos e débitos da empresa recuperanda.

Busca, dessa forma, o deferimento liminar para que "seja determinada a

imediata suspensão do processamento da Execução Trabalhista n.º 0010475-63.2018.5.18.0129, em trâmite perante a Vara do Trabalho de Quirinópolis-GO, com a suspensão dos efeitos das decisões emanadas do Juízo suscitado" (e-STJ, fl. 15), e, no mérito, seja reconhecida a competência do Juízo da Recuperação Judicial para decidir sobre os atos de constrição de seu patrimônio.

Às fls. 129-131 (e-STJ), indeferi a liminar pleiteada, tendo rejeitado os subsequentes embargos de declaração (e-STJ, fls. 157-158).

As informações foram prestadas às fls. 148-149 e 152 (e-STJ).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do conflito, em parecer assim resumido:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. PRÁTICA DE ATOS DE CONSTRIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA RECUPERANDA. POSTERIOR SUSPENSÃO DOS ATOS EXPROPRIATÓRIOS E EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO PARA HABILITAÇÃO DOS CRÉDITOS JUNTO AO JUÍZO UNIVERSAL. AUSÊNCIA DE DECISÕES CONFLITANTES. NÃO CONHECIMENTO DO CONFLITO.

1. Nos termos do art. 66 do CPC/2015, o conflito de competência se configura quando dois ou mais juízes declaram-se competentes ou consideram-se incompetentes para o processamento e julgamento de uma mesma matéria ou quando existir controvérsia acerca da reunião ou separação de processos entre duas ou mais autoridades judiciárias.
2. No âmbito da recuperação judicial, inexistente conflito de competência em relação ao juízo universal quando não se observa a determinação, por juízo diverso, de atos de constrição do patrimônio da sociedade empresária recuperanda.
3. Parecer pelo não conhecimento.

Instada a se manifestar acerca da perda do objeto do conflito, a suscitante reiterou o interesse sob a alegação de que "continuam sendo proferidas novas decisões, em casos idênticos, determinando a constrição de bens" de sua propriedade (e-STJ, fl. 170).

Brevemente relatado, decido.

O conflito de competência perdeu o objeto.

Com efeito, conforme informações prestadas às fls. 148-149 (e-STJ),

# *Superior Tribunal de Justiça*

verifica-se que o Juízo Trabalhista determinou a expedição de certidão para a habilitação do crédito do reclamante junto ao Juízo da Recuperação Judicial, considerando que "o contrato de trabalho teve início anteriormente ao pedido de recuperação judicial", nada mais havendo, portanto, a ser aqui examinado.

De se ressaltar que este conflito diz respeito unicamente aos atos de constrição patrimonial que haviam sido determinados nos autos da Reclamação Trabalhista n. 0010475-63.2018.5.18.0129, assegurada à suscitante a possibilidade de questionar nesta Corte, por meio de novos conflitos, eventuais medidas constritivas adotadas em outras execuções trabalhistas.

Ante o exposto, julgo prejudicado o presente conflito de competência.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator